

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

BRUNA BEATRIZ GOMES

CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA EDUCAÇÃO CIDADÃ

SÃO PAULO
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

BRUNA BEATRIZ GOMES

CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA EDUCAÇÃO CIDADÃ

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de **Pedagogo**, da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Anita Viviani Martins

SÃO PAULO
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Sistema de Bibliotecas e Informação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

GOMES, Bruna Beatriz

Contribuição dos povos indígenas na educação cidadã / Bruna Beatriz
Gomes – São Paulo, 2023. f. 35

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Anita Viviani Martins

Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, apresentado à Faculdade de Educação, curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de Pedagogia, 2023.

Área de concentração:

1.Povos Originários do Nordeste. 2.Interculturalidade. 3.Resistencia e Decolonialismo.

MEMORIAL

Meu nome é Bruna Beatriz Gomes, tenho 21 anos e vou contar um pouco da minha trajetória de vida. Nasci em 26 de abril de 2002 na cidade de Jatobá, Pernambuco. Sou indígena e pertencço a etnia Pankararu, me considero uma pessoa ativa para realizar atividades do meu cotidiano, gosto de ajudar meus companheiros e atender todos os meus compromissos, busco sempre novas experiências, dedicando-me em ações e atividades necessárias a serem propostas. Venho de família humilde, minha família e parentes todos nasceram na aldeia BREJO DOS PADRES que fica localizado entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia, Jatobá, Itaparica e Paulo Afonso. Essas são cidades tradicionais em culturas, onde a população Pankararu se localiza.

Muitos dos meus familiares ainda vivem em territórios indígenas, muitos migraram na década de 1940 para São Paulo em busca de emprego, onde a população Pankararu cresceu dentro do Bairro Real Parque e Jardim Panorama, no Morumbi. Do qual muitos Pankararus contribuíram com a construção do Estádio Cícero Pompeu de Toledo, conhecido como Estádio do Morumbi.

No ano de 2008, meus pais sucederam para São Paulo, convivemos há 14 anos no bairro do Real Parque - Morumbi, com minha família materna entre eles, minha mãe Tércia e meus irmãos Débora e Bruno. Durante 6 meses, após residirmos em São Paulo, moramos na casa da minha avó, até quando conseguimos nossa primeira casa. Em busca de trabalho, após alguns meses, minha mãe obteve uma oportunidade de emprego, na área da faxina, durante 9 anos, trabalhando de domingo a domingo. Posso dizer que essa fase da minha vida foi difícil, porque eu e meus irmãos éramos pequenos e quase não víamos nossa mãe por causa do trabalho e por não ter com quem nos deixar. Então, ela decidiu pedir demissão e passou um ano se dedicando em cuidar dos filhos. Ao passarem dois anos, obteve nova oportunidade de emprego na área de serviços gerais em uma oficina de artes, se dedicando por mais 10 anos. Infelizmente por causa da pandemia, o espaço que minha mãe trabalhava teve que fechar e hoje ela trabalha no Pão de açúcar na área da faxina.

Em 2012 conseguimos nossa moradia digna onde estamos a residir até hoje. Em retrospecto, quando chegamos em São Paulo fiquei um ano sem estudar, apenas com 7 anos adentrei ao ensino fundamental na escola EMEF José de Alcântara Machado Filho. Ao concluir o ensino fundamental, me matriculei em outra escola, que atendia o ensino médio.

Meus pais não tiveram oportunidade de estudar, assim como eu e meus irmãos, tivemos, e por isso eles trabalhavam para nos dar o melhor. Não tiveram a oportunidade de ingressar em uma universidade, como tive essa oportunidade, minha mãe e meus familiares me ajudaram e apoiaram desde o início, eles sempre foram e serão a minha base durante toda a vida.

Quando eu dizia que um dia seria uma pedagoga as pessoas riam, diziam que essa profissão não era para mim, que eu não tinha perfil. Quantas vezes pensei em desistir mesmo com minha família do meu lado. Pensei que a profissão realmente não seria para mim, que não iria suportar. Mas o que me deu forças foi minha família, Deus e minha vontade de fazer uma faculdade de pedagogia. Não podemos deixar que os nossos medos e dificuldades nos derrube.

Hoje tenho o prazer de falar de quem eu sou e o que passei para chegar até aqui, e da pessoa que me tornei, buscando sempre o melhor para mim e para minha família. Sempre digo, você pode ir longe, você pode ser o que você quiser, basta você acreditar em você mesmo. Hoje sou bolsista na PUC-SP, após ter concluído o Ensino Médio em 2019, tive a oportunidade de prestar o vestibular no mesmo ano e conseguir a bolsa. O que anos atrás era sonho, hoje é realidade, sou uma pessoa que agarra as oportunidades com unhas e dentes, só Deus sabe a felicidade que tive quando eu soube que tinha passado na prova para poder começar o curso dos meus sonhos.

Iniciei o curso de pedagogia no ano de 2020, por fatores da pandemia, tivemos que continuar o curso no modo remoto. Hoje estou indo no caminho para concluir o meu último semestre depois de ter passado por momentos delicados da minha vida nesses quatro anos. Assim que veio a pandemia descobri minha gravidez e foi aí que tudo se desmoronou, então achei que não ia conseguir acompanhar as minhas colegas, pensei que meu sonho tinha acabado de ter um fim. Ter pessoas ao meu lado me apoiando foi o que me motivou, é que a partir daí eu daria o meu melhor para terminar essa etapa da

minha vida e minha filha era minha maior motivação para continuar. Tenho uma pequena experiência com o fundamental 1 com crianças de 6 a 7 anos de idade, trabalhei em um colégio particular por um ano e seis meses e obtive experiências que levarei para minha vida profissional. Por meio dos estudos que realizei pude através de estágios saber como controlar uma turma, como chamar a atenção deles, como conquistar o respeito de cada um, de como é a relação professor e aluno.

Tenho a expectativa de ser uma ótima profissional, por isso pretendo me especializar na área da Educação Infantil no momento que terminar a graduação, pois o adulto educador, em relação com as crianças, deve permitir-lhes construir sentimentos capazes de garantir um futuro adulto, cidadão e co-participante na construção de um mundo mais justo e igualitário, dando a eles um ensinamento mediador tão defendido por Piaget.

Portanto, na interação com a literatura, podemos desenvolver a nossa humanidade, podemos suscitar o imaginário, descobrir conflitos, impasses e soluções que todos vivemos e atravessamos por meio dos personagens de cada história podemos nos identificar com eles e assim esclarecer as nossas próprias dificuldades ou encontrar um caminho para superá-las.

O motivo que me levou a escolha deste trabalho de conclusão de curso foi minha trajetória e refletir como a sociedade costuma lidar com a cultura indígena, relacionadas com os preconceitos da própria sociedade e os desrespeitos que vivenciam.

São Paulo, 28 de outubro de 2023

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado primeiramente à você Bruna Beatriz Gomes por não desistir e persistir nessa luta. Em especial à minha filha Maria pelo carinho e compreensão, que me mostrou um mais lindo e sentido da vida. Dedico a minha mãe Tércia e minha Tia Taís, pelo incentivo e apoio durante essa realização. A todos os meus professores da graduação, e aos meus amigos que tanto motivaram a minha caminhada até aqui, com vocês foi possível prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me deu energia, sabedoria e benefícios para concluir todo esse trabalho, em segundo, à força encantada por ter me dado força e coragem para escrever o presente trabalho e estando sempre comigo fazendo minha proteção e me orientando.

Agradeço a minha família: minha mãe e minha tia, que me incentivaram todos os anos que estive na faculdade, muito obrigada pelo incentivo e apoio. Obrigada! Agradeço também a minha filha, Maria Valentina, que me compreendeu e mostrou o mais lindo sentido da vida, trazendo muitas felicidades e alegrias neste momento!

Ao meu povo Pankararu, aos meus antepassados e lideranças que lutaram e lutam para que tenhamos nossos direitos reconhecidos e assegurados e assim podermos existir enquanto Pankararu.

Aos meus amigos e colegas, Ana Paula Souza, Monalisa Barros, Vitória Bueno e Francineide Silva que me motivaram a não desistir e participaram das pesquisas, que vão continuar presentes na minha vida.

Aos meus professores que me ajudaram durante todo esse período e principalmente a minha orientadora, Profa. Dr^a. Maria Anita Viviani Martins, pela paciência, apoio e confiança na elaboração deste trabalho. Uma pessoa e profissional que admiro muito e a quem sou muito grata por tudo e feliz por tê-la tido como orientadora.

Sou grata ao Programa Pindorama, que teve grande importância para que eu pudesse ingressar na universidade, um grupo de pessoas com o qual aprendi a valorizar e lutar pela cultura indígena. Ao Dr. Benedito Prézia, a Daniela Reis que cada vez mais nos ensina e nos faz acreditar que nós indígenas devemos lutar pelos nossos direitos, e a coordenação do Programa Pindorama que me orientou e apoiou dentro da universidade.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva da minha vida.

EPÍGRAFE

“A dimensão ancestral dos povos originários não é respeitada”
“Não é possível calar a voz da ancestralidade”.
Prof. Álvaro de Azevedo Gonzaga Guarani Kaiowá

RESUMO

GOMES, Bruna Beatriz. **Contribuição dos povos originários na educação cidadã.** 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

O presente trabalho teve por objetivo principal estudar a cultura indígena como parte do contexto social que carrega a herança da diversidade e a luta dos povos originários por seus direitos e igualdade, tendo em vista uma Educação cidadã e inclusiva, que favorece a quebra de preconceitos.

Portanto, ressalto que o objetivo dessa pesquisa é compreender e estudar a legislação escolar que favorece a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, por uma Educação cidadã e inclusiva, apresentando projetos educacionais que explicitem a contribuição da cultura indígena. A pesquisa é qualitativa e quanto aos objetivos, sua natureza é exploratória, e na coleta de dados bibliográficos. (GIL, 2007). Como marco teórico para alcançar os objetivos da presente pesquisa, tem-se principalmente Daniel Munduruku, Cristino Wapichana, Damião Cavalcante e Luandson Silva.

Assim, evidencia-se refletir em propostas, estratégias e metodologias que buscam melhorar o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, nos critérios do conhecimento sobre os povos indígenas. É importante a continuidade nesse tema porque são poucas pessoas que têm um conhecimento formal sobre os direitos e, é com esse trabalho que podemos trazer e ressaltar as lutas dos povos originários.

PALAVRAS-CHAVES: POVOS ORIGINÁRIOS DO NORDESTE
INTERCULTURALIDADE, RESISTÊNCIA E DECOLONIALISMO.

ABSTRACT

GOMES, Bruna Beatriz. **Contribuição dos povos originários na educação cidadã.** 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

The main objective of this work was to study indigenous culture as part of the social context that carries the heritage of diversity and the struggle of indigenous peoples for their rights and equality, with a view to civic and inclusive Education, which favors breaking down prejudices.

Therefore, I emphasize that the objective of this research is to understand and study school legislation that favors the learning and development of children, through civic and inclusive education, presenting educational projects that explain the contribution of indigenous culture. The research is qualitative and in terms of objectives, its nature is exploratory, and in the collection of bibliographic data. (GIL, 2007). As a theoretical framework to achieve the objectives of this research, there are mainly Daniel Munduruku, Cristino Wapichana, Damião Cavalcante and Luandson Silva.

Thus, reflection on proposals, strategies and methodologies that seek to improve the development and learning process of children is evident, based on the criteria of knowledge about indigenous peoples. Continuity on this topic is important because few people have formal knowledge about rights, and it is with this work that we can bring and highlight the struggles of original peoples.

EY-WORDS: ORIGINAL PEOPLES OF THE NORTHEAST, INTERCUULTURALITY, RESISTANCE AND DECOLONIALISM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS TENDO EM VISTA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ	14
1.1 A luta do povo Pankararu	18
1.2 Estratégia de luta e resistência	22
2. A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS COMO PARTE DO CONTEXTO SOCIAL E A SUAS DIVERSIDADES	24
2.1 Reconhecer as origens culturais do Brasil de maneira pedagógica, e uma aprendizagem baseada no respeito e na valorização das diferentes culturas	26
2.2 Legislação escolar que favorece a aprendizagem e desenvolvimento das crianças indígenas	28
3. PROJETOS EDUCACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA EDUCAÇÃO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Esse trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo discutir, refletir e analisar a partir da ciência antropológica a temática acerca dos povos indígenas e do povo Pankararu. Podemos pontuar que com a minha convivência em sociedade, tenho presenciado em cotidiano falas desrespeitosas e preconceituosas a respeito dos povos indígenas.

Embora a cultura indígena, seja amparada pela legislação, que introduz a temática no Ensino Fundamental (BRASIL Lei 9394/96 e Lei 10.639/03), ainda precisa ser cuidada em sua implantação. Assim, o conteúdo que será vivenciado e abordado, resultará em um rico processo de aprendizagem, proporcionando o contato e consequentemente o saber da história do seu país e dos povos indígenas.

Vale ressaltar, que a base dessa pesquisa, já mencionada aqui, é discutir sobre o reconhecimento da educação no contexto das diferenças e a luta contra os preconceitos raciais. Nossas origens, costumes, línguas, relações com os não indígenas, sua importância na formação cultural do país, luta pelos direitos indígenas e a busca por respeito na sociedade.

Cabe, que pouco se discute a importância da luta dos povos originários por seus direitos e igualdade, tendo em vista uma Educação cidadã e inclusiva, que favorece a quebra de preconceitos. Uma Educação que tenha em vista a cidadania, valorizando a diversidade étnico racial. Nós, povos originários, lutamos diariamente para podermos existir dentro de nossas especificidades e particularidades. Vivemos em constantes ataques aos nossos territórios, culturas, corpos e direitos originários, isto desde o início da invasão no ano de 1500. Nesse sentido, a presente pesquisa surge como um ato político, de resistência, de luta de um movimento militante indígena, evidenciando minha condição étnica enquanto indígena Pankararu.

Pensando na escola contemporânea, percebo que os conhecimentos que são passados aos estudantes, sobre os povos indígenas, são totalmente contraditórios. É de conhecimento geral que a contribuição da cultura indígena na educação cidadã é importantíssima e com isso o objetivo é discutir sobre os direitos indígenas a todo momento à luz dos seus principais marcos legais, com base em seu histórico, lutas e vitórias travadas pelo movimento social indígena. Apresentar a cultura indígena como parte do contexto social e que carrega heranças da diversidade.

Cabe ressaltar os direitos de ir e vir dos povos indígenas na sociedade, lembrando seus desafios ao sair da aldeia e a importância de utilizar estratégias nas

práticas pedagógicas que favorecem o aprendizado. Ao estudar-se a cultura indígena em sala de aula, impede-se o pensamento preconceituoso sobre os povos indígenas, possibilitando entender que os mesmos lutam pelos seus direitos, e pedem respeito à sua cultura.

Com o intuito de apresentar o problema, o seguinte trabalho de conclusão de curso traz em seu objetivo geral compreender e reconhecer como a cultura indígena pode contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, tendo em vista uma educação cidadã que respeite a diversidade. Ainda dispomos de poucos estudos científicos com essa temática, mas cabe levantá-los e estudarmos a legislação que a assegura, levantando projetos educacionais que explicitem a contribuição da cultura indígena.

Partindo desse contexto, pretendo com essa pesquisa contribuir com a Educação Indígena que tenha em vista a cidadania, valorizando a diversidade das etnias, conhecendo a cultura indígena, tornando-se relevante, social e cientificamente, principalmente para quebrar preconceitos.

1. A LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS TENDO EM VISTA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ

A finalidade deste capítulo é entender a luta dos povos originários tendo em vista uma educação cidadã. Portanto é necessário mencionar que a busca por seus direitos, foram assegurados apenas em 1988, com proteções que são fundamentais para as comunidades, gerando a garantia da cultura. Para tanto, é necessário tomar as medidas e as ações especialmente por meio de políticas públicas, para que sejam cumpridos o que está posto nas leis. Sabemos que pleno século XXI, a principal dificuldade enfrentada é, de manter e garantir os direitos já conquistados.

Segundo BANIWA (2007), o autor retrata as dificuldades enfrentadas pelas comunidades e organizações indígenas, em modelo burocrático de organização proposto pelos não indígenas. Portanto, esses processos de organização não respeitam o jeito de ser e de fazer dos povos indígenas. Entre aspectos o modelo político e econômico individualizado e diferenciado, corrompem esses direitos. Podemos dizer, que após os povos indígenas terem assegurados direitos pela constituição federal de 1988, já mencionado acima, esses direitos muitas vezes são negados, como o direito à educação e, a saúde por exemplo.

Na atualidade, a principal dificuldade dos povos indígenas é manter e garantir os direitos já conquistados, além de lutar por outros direitos que ainda precisam ser conquistados para consolidar a perspectiva étnica de futuro. (BANIWA, 2007. p. 144).

A princípio é capaz notar que os povos indígenas em tempos atuais continuam vivenciando momentos de desrespeitos contra seus territórios por causa dos não indígenas, que lamentavelmente acabaram interferindo na liberdade de expressão e estão a todo momento tentando nos silenciar e nos prejudicar.

As violências contra os direitos básicos dos povos indígenas aconteceram em vários pontos e com isso só vai aumentando o número de violências. Ressaltando algumas delas: violência contra a mulher, falta de saneamento

básico, proteção do Estado, violência policial, e quando se trata da educação e entre outros, os grupos de invasores além de causarem todo o tipo de violação ambiental, também desfazem com o modo de ser, os costumes, o direito da educação e a cultura dos povos indígenas. Acima de tudo causam a migração forçada de algumas etnias.

Na perspectiva de BANIWA (2007), cabe, a consolidação dos direitos indígenas e a definição de uma política, partindo do estado brasileiro pensar em projeto etnopolítico que pretende alcançar a autonomia e a liberdade de expressão. Em tempos atuais os povos indígenas, cada vez mais ingressando nas universidades, do qual é muito bom e vem crescendo constantemente. Assim, a formação política, não basta ser encontrada nas escolas e universidades, e, sim precisa ser construída e reconstruída como processo permanente de lutas, educação, saúde, entre outros, que assegura os direitos dos povos originários.

Diante dos desafios, é necessário trazer uma reflexão e uma oposição sobre os movimentos relativos às lutas e a garantia pelos seus direitos e reassumir as questões do meio ambiente e humanitárias como pautas. O que precisamos entender, é que a sobrevivência e o controle das áreas indígenas, entretanto promovem a movimentação política e vai muito além disso: a luta dos povos indígenas diz e inclui de modo a resistência para manter viva a cultura e modos de vida. Porém, quando se fala em ser indígena não está associado ao lugar onde se vive, mas ao pertencimento histórico de uma cultura e a um grupo que compartilha valores que são muito diferentes dos não indígenas, isso não quer dizer que não ocorram trocas, ou que os povos indígenas tenham uma cultura parada no tempo.

Os povos indígenas do Brasil são muitos, do mesmo jeito que muitos vivem nas aldeias, também há aqueles que vivem nas cidades, exercendo diversas profissões. A sociedade brasileira precisa conhecer e começar a romper alguns preconceitos que existem sobre a população indígena.

Segundo o documento, *DECLARAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS* (2008, p. 12), partindo de toda a reflexão, sobre os direitos assegurados aos povos indígenas, menciono alguns deles que estão presentes em seu artigo 21.

1. Os povos indígenas têm direito, sem qualquer discriminação, à melhora de suas condições econômicas e sociais, especialmente nas áreas da educação, emprego, capacitação e reconversão profissionais, habitação, saneamento, saúde e seguridade social.
2. Os Estados adotarão medidas eficazes e, quando couber, medidas especiais para assegurar a melhoria contínua das condições econômicas e sociais dos povos indígenas. Particular atenção será prestada aos direitos e às necessidades especiais de idosos, mulheres, jovens, crianças e portadores de deficiência indígenas.

Assim, essas declarações, pretendem romper essa visão preconceituosa que a sociedade tem de achar que os povos indígenas não podem permanecer no mesmo ambiente que os não indígenas.

Partindo desse contexto, pretendo abrir uma discussão sobre o reconhecimento da importância dos territórios indígenas nos tempos atuais. Nessa perspectiva, entende-se que a luta é constante, pois lutam contra o racismo, discriminação e a exclusão social. Nesse sentido, os povos originários buscam espaços de sobrevivência e liberdade.

Desse modo sabemos, que em pleno século XXI, buscam superar preconceitos, tais como: o educacional, moradia, social, trabalhista, econômico entre outros. Em busca de entendermos essa educação, com direito a uma educação cidadã faz necessário que as políticas públicas sejam distintas a beneficiar a educação indígena, como uma educação que faz parte da cultura, do nosso Brasil, que seja uma educação inclusiva e de qualidade, em busca de respeito e igualdade.

Todavia percebemos a partir da autora LADEIRA (2003. p. 141). “A política educacional tradicional tem se pautado pela suposição dominante de que a escola é o principal mecanismo para o desenvolvimento de uma ordem social democrática e igualitária”. Cabe lembrar que a escola é um espaço fundamental para formação de estudantes indígenas, com um fator que dá possibilidade de exercício e controle social, que na verdade, são agências de reprodução social, econômica e cultural. Entretanto, esses fatos nos permitem ver o apelo da política educacional, que garante através dos sistemas de cotas a entrada de estudantes indígenas em universidades.

De qualquer modo, a questão indígena, dentro dos parâmetros dos não indígenas, passa apenas por uma questão de promoção da diversidade cultural e inclusão social. Esse é o desafio, que enfrentamos desde a colonização, buscamos uma prática educativa que esteja pautada nos princípios da educação democrática, humanizadora que define em si mesma, a realidade e as significações de diferentes povos indígenas.

1.1 A luta do povo Pankararu

Neste estudo vamos conhecer a realidade do povo Pankararu que tiveram trajetórias, marcada por um passado de violência, apagamento de memória e de discriminação. São povos indígenas do Nordeste que vivem em contexto urbano. O Povo Pankararu é brasileiro e reside nas proximidades da margem do rio São Francisco, localizado no estado de Pernambuco, entre os municípios de Tacaratu, Jatobá, Itaparica e Petrolândia.

No entanto, faremos um recorte de suas lutas. Com a invasão holandesa e a expulsão dos jesuítas, os Pankararus foram levados para as missões das ilhas do rio São Francisco, conhecido como Brancararus, deixaram seu território e foram levados para o curral dos bois, não muito longe do rio São Francisco.

No início do século XIX houve uma divisão de grupos, um grupo continuou em Santo Antônio da Glória na Bahia, outro grupo seguiu para Pernambuco, e os últimos foram para a missão dos padres, por isso esse novo local passou a se chamar Brejo dos Padres, onde vivem o povo Pankararu do Nordeste. Durante muito tempo a comunidade Pankararu, não teve caciques, talvez pela diversidade dos povos, que acolheram as famílias afrodescendentes, ocorrendo uma forte miscigenação étnica, e com influência nos rituais religiosos.

De acordo com GALANTE, MAESTRI E PRÉZIA (2019) “a mistura étnica foi um complicador, não só social, como também linguístico” (p.65). Nessa perspectiva podemos dizer que as diversas etnias e a repressão cultural asfixiaram a língua indígena do grupo dominante. Por volta de 1935, os Pankararus na antiguidade falavam com frequência a língua da família Tupi-Guarani. Mas, nos anos seguintes, por resultados do envolvimento contínuo com o não indígena e com toda opressão que os indígenas sofreram, a língua tradicional acabou caindo no esquecimento, na verdade, houve uma falta de comunicação ao longo dos anos. E atualmente são poucos os indígenas, que são conhecedores de sua língua materna, até porque os mais velhos com toda opressão vivenciada não repassaram o linguajar para as gerações futuras, com medo de serem repreendidos pelos não indígenas, assim foi caindo no esquecimento a nossa língua materna. E digo que não se perdeu, houve a falta de comunicação com os indígenas entre si.

Num levantamento feito no final da década de 1990, João Moreno da Silva, um dos antigos Pankararu, lembrava apenas 77 palavras.

Seriam 41 das supostas língua Pankararu (tronco macro-jê), e 37 vocábulos da língua tupi. Portanto, cerca de 50% eram palavras tupis, demonstrando a forte influência de falantes do tupi ou de pessoas que viveram em missões onde se falava a língua geral. (GALANTE, MAESTRI E PRÉZIA, 2019, p. 65).

Desse modo, a cultura indígena nunca se perdeu e sempre se manteve com rituais, sobretudo com o mestre guia “PRAIÁ” que são entidades protetoras na nossa comunidade indígena Pankararu.

A partir dessa ideia, é possível considerar também que devido ao trabalho realizado pelos missionários, os indígenas cultuam a religião católica e seguimos o calendário das festas populares religiosas, mas mantendo os nossos rituais também, nossas danças e fogueiras da nossa própria cultura. São realizadas festas onde acontecem em datas comemorativas e importantes para os povos indígenas, essas danças possuem alguns rituais como:

- Dança dos Bichos (acontece na festa das corridas, e acontece durante quatro sábado no mês no período da noite) A Dança dos Bichos é uma das manifestações culturais típicas dos Pankararu. Nessa dança ganham aqueles que conseguirem representar melhor os movimentos de animais como porco, cachorro, formiga, urubu e sapo entre outros.
- Menino do Rancho (acontece quando uma mãe, ou familiar da criança faz uma promessa e a mãe direciona essa promessa a um mestre específico) A festa é uma celebração comemorativa ou de agradecimento a um encantado pela cura de uma doença. Os encantados são as figuras centrais da espiritualidade Pankararu, considerados a encarnação dos espíritos protetores da aldeia, por isso, tornam-se defensores e donos dos meninos. Os donos são os encantados escolhidos pelos pais da criança, mas durante a cerimônia o menino é solto no terreno e outros encantados (Praias) tentam tomá-lo para si, sobre a luta do seu defensor, caso consiga, o novo encantado passa a ser o protetor daquele menino à revelia dos pais.
- Festa do Umbu (acontece quando os indígenas flecham o primeiro umbu do umbuzeiro) A preparação para este ritual não se difere dos outros já mencionados. No entanto, por se tratar do principal ritual do povo cuja festa é

oferecida para o nosso general Mestre Guia (o encantado mais velho e poderoso), a concentração (reclusão) é dobrada nesse período. A depender da posição ocupada dentro do ritual, será exigido um rigor maior na preparação do corpo e do espírito da pessoa, pois há espaços dentro da festa que são mais pesados espiritualmente que outros. Fazem parte do ritual: cantadores, cantadeiras, cachimbeiros, moços de praia, moças/moços do cansanção, moças do cesto, cozinheiras/cozinheiros, garapeiros, pifeiros e tocadores do rabo de tatu. Assim, os dias de concentração variam de pessoa para pessoa desde aquelas que se recolhem um mês antes do ritual a outras que fazem isso duas semanas ou uma semana antes do início das corridas.

Podemos dizer, que atualmente o ritual perdeu o antigo significado, como nos aponta, GALANTE, MAESTRI E PRÉZIA, (2019).

Um rito de agradecimento, isto é, o “pagamento de uma promessa”. Esta é feita ao encantado, por ocasião de uma doença ou de algum problema ocorrido com o filho. Com a recuperação da saúde da criança, os pais devem fazer o ritual de agradecimento (p. 66).

Podemos dizer, que cada povo indígena tem seu jeito próprio de viver e de se relacionar com o mundo. É através dos rituais e de instrumentos sonoros e objetos na nossa cultura, construídos pelos próprios indígenas, que fortalecemos nossos valores, cultura e conhecimentos.

Diante dos fatos já explícitos, a luta do Povo Pankararu, não ocorre apenas em busca da garantia dos territórios, e sim, pela Educação, que é a maior coautora da cultura Pankararu. A educação Pankararu é diferenciada, bilíngue e intercultural. Na cultura indígena, podemos dizer que a educação começa em casa, quando a família passa seus conhecimentos e saberes ancestrais.

Portanto, até o ano de 2002, os professores não indígenas das escolas indígenas Pankararus centravam-se em modelo colonizador de educação escolar. Éramos tratados como “povo do mato”, nossa cultura era esquecida, pois desconheciam os valores, a cultura e a tradição do nosso povo.

De fato, era difícil trabalhar a cultura indígena, pois para os municípios só existia “índio” em 19 de abril. O modelo de educação pregava o indígena, que mora em ocas, vivem de pesca e anda nus. Em tempos atuais, isso acontece, a “história” sempre foi reproduzida, ocultando a realidade dos povos originários.

Tendo em vista, Povos indígenas Pankararus em contexto urbano, torna-se evidente que a educação indígena acontece de maneira superficial em datas comemorativas “19 de abril”, ou não acontece. Nas datas comemorativas o indígena é representado de maneira folclórica e caricatural. Isso acontece porque as escolas planejam de acordo com um calendário previamente formulado e tendem a reproduzir as datas comemorativas de forma aleatória e exclusiva, no sentido da exclusão. Assim, com o movimento do agosto indígena, tende-se a preservar, revitalizar, e manter viva a cultura dos povos indígenas.

De acordo com a *SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA* (2020) de São Paulo. “*O agosto indígena atua na defesa e na promoção da ancestralidade e dos direitos dos povos indígenas aldeados e em contexto urbano*” (n.p.). Em virtude durante uma semana a celebração ocorre em prol da participação e desenvolvimento de projetos, que os povos indígenas possam refletir sobre o cenário atual. Sabendo que escolas das redes públicas, “param” e realizam leituras e projetos interdisciplinares. Não basta lembrar dos povos indígenas apenas no mês de abril e agosto, cabe partir da escola essa mudança de perspectiva e compreender os fundamentos que contemplam a herança cultural.

1.2 Estratégia de luta e resistência

Com foco nesta pesquisa, apresento as estratégias de lutas e resistência dos povos indígenas. Sabemos que o preconceito surge, a partir do desconhecimento que pensam em relação aos povos indígenas.

De acordo com PATTÉ (2019, p. 06) a população não indígena “não conhece a realidade indígena atual, nunca esteve em uma comunidade indígena e nem mesmo conversou com pessoas indígenas”. Isso fortalece o distanciamento dos não indígenas com os indígenas.

Para PATTÉ (2019), essa realidade, afeta principalmente os estudantes indígenas em contexto urbano, sofrem preconceitos por não apresentarem características “padrões” de indígenas. Sabemos que os territórios indígenas, foram ocupados pelos colonizadores, que houve uma mistura de “índio com brancos”, que “supostamente” foram considerados como primeiros brasileiros no período de “descobrimento”, não houve descobrimento, nessa terra já tinha gente, como diz nosso ativista Daniel Munduruku.

Em contexto urbano, os estudantes indígenas são vistos com “espanto”, como assim, indígena estuda? Vocês não andam nus? Vocês têm celular? ou seja, você não parece ser indígena. Questionamentos desse tipo são comuns para indígenas que estão frequentando espaços educacionais, ou público.

É importante compreender que um dos preconceitos mais repetidos em relação aos indígenas, tem a ver com o território. Cabe que para os não indígenas, seja visto como privilegiados.

O território, para os povos indígenas, é tido como sagrado e inseparável, pois a noção de território é diferente da noção dos colonizadores europeus ou da cultura ocidental. Enquanto para os povos indígenas o território é fonte e base da reprodução da vida coletiva, social e cultural, na qual sem ele nada é possível ou existe para a maioria dos não indígenas, a terra é fonte de riqueza e obtenção de lucro individual, não se importando com os impactos ambientais e consequências que isso traz. (PATTÉ, 2019.p. 08).

Em consequência, enquanto os indígenas, buscam e tentam preservar as florestas, a mata, a terra e as águas. Os não indígenas, apenas pensam no lucro. Antes da invasão em 1500, os territórios indígenas, tinham seus espaços de vida e de reprodução cultural, eram comuns a caça e a pesca. A terra era cultivada para plantio, a fim de produzir seu próprio alimento, que era necessário para alimentar-se, tendo um equilíbrio natural com o território e a natureza. Após a invasão, houve o processo de colonização, os territórios indígenas foram invadidos e tomados através da escravidão e de assassinatos de milhões de indígenas.

Em século XXI, buscamos manter firme a luta pela retomada indígena, em razão do território ser a base ancestral e espiritual, do qual o território é a base da vida social e cultural das gerações passadas, presentes e futuras, que lutaram, que ainda lutam e morrem no processo de resistência.

Em retrospecto, é importante lembrar que os preconceitos e estereotípicos estão em todos os lugares e por mais que as dificuldades existem, o ingresso de estudantes indígenas em universidades tem aumentado, o maior desafio, é a permanência desses estudantes, por ser uma política do governo, ou das próprias universidades, muitos estudantes indígenas acabam desistindo dos seus cursos, por ter sua identidade questionada.

A universidade está baseada em uma lógica eurocêntrica, individualista e capitalista, confrontando-se diretamente com as lógicas indígenas que são baseadas em coletividades e na reciprocidade. (PATTÉ, 2019, p. 30).

Porém, com todos os questionamentos apresentados, a nossa luta só está começando, queremos ocupar os mais diferentes espaços da sociedade, mostrando que não há lugar específico, para nós povos indígenas, queremos autonomia, buscando um futuro melhor para mim e para meu povo Pankararu. Ao trazer a realidade indígena para o mundo acadêmico, percebo, que um passo foi dado, para a quebra de preconceitos. A universidade é um espaço indígena, assim como todos os espaços públicos da nossa sociedade. Queremos um país justo e igualitário, que respeite as diversidades que atuem de forma autônoma na sociedade, sem abrir mão de sua ancestralidade.

2. A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS COMO PARTE DO CONTEXTO SOCIAL E A SUAS DIVERSIDADES

O objetivo deste capítulo é estudar a cultura indígena como parte do contexto social e as suas diversidades. A diversidade demanda respeito, pois a diversidade cultural é uma realidade presente em nosso país. O Brasil possui uma imensa diversidade étnica e linguística e muito disso é por conta da pluralidade indígena.

Portanto, temos de ter uma atitude de respeito e de aceitação em relação às representações culturais. Porém respeito e tolerância podem até ser palavras parecidas, podem até parecer sinônimas, mas, em minha opinião, respeito e tolerância não são sinônimos, já que eu posso tolerar certas coisas, mas posso não ter o devido respeito por essa coisa ou vice-versa. Portanto, percebe-se uma conotação negativa no conceito de tolerância, pois pode-se até tolerar certas atitudes sem ter o devido respeito por elas, podendo tolerar certas manifestações culturais, sem ter-lhes o devido respeito.

Nesse sentido, compreende-se que não se faz educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade. Reconheça-se, porém, que a escola tem uma antiga trajetória normatizadora e homogeneizadora que precisa ser revista.

Os indígenas parecem semelhantes, mas existem muitas diferenças entre eles. Todos os aspectos da cultura indígena podem variar bastante entre os povos, ou até mesmo dentro de uma mesma comunidade ao longo do tempo.

A língua, a forma de organização social e política, os rituais, os mitos, as formas de expressão artística, as habitações e a maneira de se relacionar com o meio ambiente são exemplos de fatores que se diferenciam.

Mas essa diversidade não significa que a cultura dos povos indígenas foi enfraquecida. Isso porque, por mais fortes e enraizadas que sejam, as culturas não permanecem sempre iguais.

As características de qualquer cultura se transformam por meio do contato com as outras culturas e das mudanças sociais, e isso ocorre inclusive nas comunidades indígenas. A diversidade cultural dos povos indígenas engloba as diferenças culturais que existem entre os povos e suas

comunidades indígenas, como a linguagem, danças, vestimenta, tradições e heranças físicas e biológicas, bem como, a forma como as sociedades indígenas se organizam, conforme a sua cosmovisão e os conceitos de valores moral, crenças, hábitos, religião e a forma como o índio interage com o ambiente etc. Diversidade cultural diz respeito à variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente de cada povo. Cultura se refere a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e "preenchem" a sociedade de cada povo indígena, ela explica e dá sentido à cosmologia social, é a identidade própria de um grupo indígena em um território.

2.1 Reconhecer as origens culturais do Brasil de maneira pedagógica, e uma aprendizagem baseada no respeito e na valorização das diferentes culturas

Além disso é de extrema importância o reconhecimento das origens culturais do Brasil, é possível garantir esses temas na educação básica permitindo uma aprendizagem ao respeito e quando se fala em valorização das diferentes culturas, é fundamental reconhecer a importância dos indígenas na construção da identidade brasileira.

O tema oportuniza o aluno perceber outros grupos sociais, auxiliando na construção da sua identidade, na atuação com o outro grupo na vida social, na preservação do meio ambiente em que vive e na construção de valores. “Apesar de serem hoje poucos no país, nós indígenas influenciemos muito a cultura de todos os brasileiros. A herança das culturas indígenas está presente em nosso dia a dia com seus hábitos, costumes, crenças, vocabulário, técnicas, alimentação etc. Contudo, infelizmente nossa cultura vem sendo esquecida ou tratada com preconceito” (n.p).

Em consequência disso, é possível notar que o reconhecimento que a sociedade tem dos povos indígenas só acontece em datas comemorativas, como uma situação folclórica, ou somente no dia 19 de abril que é onde várias escolas começam a trabalhar as questões indígenas e a maneira de como se vivia antigamente. Há diversas tradições culturais; algumas mais popularizadas, outras pouco respeitadas. Como compreender os elementos comuns e as singularidades entre as culturas, como lidar com a diversidade cultural e a questão de gênero na sala de aula.

Nesse sentido, é muito importante que as questões relacionadas às tradições culturais sejam discutidas não só na sala de aula, mas em toda a comunidade escolar, na família e na sociedade como um todo, para que alunos, pais e a sociedade possam compreender e respeitar as tradições culturais em nossa sociedade. Compreender que nenhuma cultura é melhor ou pior que a outra, é apenas diferente, e essa diferença tem que ser respeitada, de maneira que todos possam aprender a lidar com a diversidade de culturas existentes, respeitando e procurando conviver com essa diversidade.

É importante que as crianças e adolescentes descubram que, afinal, não existe uma única forma de viver, sentir, comer e falar e que grande parte dos nossos hábitos de hoje são herança da cultura indígena a qual é parte integrante de nossas raízes. Em contato com o universo indígena daremos também um importante passo para nos afastarmos de preconceitos em relação àqueles que nos parecem diferentes além de proporcionar aos alunos a oportunidade de enxergar melhor as características da

nossa própria cultura compreendendo a importância de respeitar a diversidade cultural e valorizar as tradições e saberes dos povos indígenas.

2.2 Legislação escolar que favorece a aprendizagem e desenvolvimento das crianças indígenas

Para complementar a pesquisa se faz necessário estudar a Educação Escolar indígena em modalidade da educação básica que garante aos indígenas, suas comunidades e seus povos, segundo os documentos norteadores para o ensino, as leis dão abertura para a inserção da educação escolar indígena, que respeite e valorize as ações culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Para outros, a lei vem como uma obrigação de algo que não foi levado a sério, como sendo um conhecimento importante a ser apresentado, discutido e aprendido na escola.

Antes de tudo quando se fala de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, e pela interculturalidade, o MEC, objetiva, com este material, auxiliá-lo no seu trabalho educativo diário junto às comunidades indígenas.

A nova LDB menciona de forma explícita a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Ela aparece na parte do ensino fundamental, no artigo 32, estabelecendo que este será ministrado em língua portuguesa, mas que será assegurado às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Ou seja, reproduz-se aqui o direito inscrito no Capítulo 210 da Constituição Federal. (As leis e a educação escolar indígena). (2001, p.21).

Os registros históricos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) indicam que o ensino regular seja ministrado em língua portuguesa, porém assegura a utilização da língua materna para a aprendizagem nas comunidades indígenas. No Artigo 78, da LDB/96, é previsto para as escolas de comunidades indígenas que sejam desenvolvidos programas integrados (ensino/pesquisa), a fim de que a escola oferece educação bilíngue e intercultural aos povos indígenas, recuperando suas memórias históricas, reafirmadas as nossas identidades étnicas e reconhecendo valorização da nossas línguas e ciências, garantidos acessos às informações, conhecimentos

técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

Em consequência disso, é possível notar que a contribuição para o enriquecimento das discussões pedagógicas no interior de cada instituição escolar e para a elaboração de projetos educativos que possam reverter em melhoria da educação escolar indígena. No passado a educação dos povos indígenas seguia embaixo das árvores de forma que os alunos usavam carvão e o próprio chão para escrever, não havia um ensino continuado, planejado e sistematizado com professores especialistas. Nossos pais, tios, os mais velhos, aqueles que guardavam algum saber sobre as experiências do dia a dia eram nossos professores e nossos livros.

Por isso, hoje, a educação escolar indígena, pela Constituição Federal/1988, tem a perspectiva de garantir a identidade cultural de cada povo que atende e visa servir como ferramenta aos interesses próprios de cada comunidade. Diferentes povos indígenas lidam com a educação de variadas formas. O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos estudantes indígenas.

Outras escolas têm optado em garantir a presença de convidados indígenas em determinadas situações, que têm transformado as abordagens sobre a temática proferindo palestras, participando de feiras culturais. Muitas escolas optam por realizar visitas a aldeias indígenas, oportunizando aos estudantes um contato com a natureza, artesanatos, pinturas, jogos e literatura.

Estas duas formas de encontro direto com comunidades indígenas podem ser produtivas para que direto com a realidade dos povos de seu município ou a temática indígena receba um tratamento adequado. Outras escolas têm desenvolvido projetos de trabalho Nikolaus Tarouquella sobre os povos indígenas e, desse modo, possibilitam aos estudantes um processo continuado de pesquisa, de estudo, de reflexão sobre quem são e como vivem diferentes etnias no Brasil.

O Brasil possui uma das maiores diversidades de povos indígenas do mundo, que merecem ser conhecidos e valorizados. Há uma grande variedade de materiais circulando na atualidade, especialmente na internet, cuja autoria é indígena. São sites eletrônicos e blogs nos quais são postadas imagens, relatos da vida cotidiana, depoimentos e estratégias atuais de luta, entre outros. E o professor pode contar também com outras fontes de informação de inegável seriedade.

A Constituição estabelece direitos, deveres e procedimentos dos indivíduos e do Estado, dos cidadãos e das instituições. Ela substituiu a Constituição promulgada em 1947 e reflete as modificações ocorridas no tempo e na sociedade. A atual LDB substituiu a Lei nº 4.024, de 1961, que tratava da educação nacional. No que se refere à Educação Escolar Indígena, a antiga LDB nada dizia. A nova LDB menciona, de forma explícita, a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Um deles aparece na parte do Ensino Fundamental, no artigo 32, estabelecendo que seu ensino será ministrado em Língua Portuguesa, mas assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Ou seja, reproduz-se aqui o direito inscrito no artigo 210 da Constituição Federal. (Direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, pg,131)

Dessa forma, este documento surge com o reconhecimento de suas pedagogias e processos próprios de aprendizagem. O dispositivo da Constituição/1988 foi normatizado em outros documentos legais a fim de criar a Escola Indígena enquanto categoria específica de escola localizada nas áreas indígenas. Com as leis e normas que tratam da educação escolar indígena em nosso país, preparado no âmbito do Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena, pretende ser mais uma contribuição para o processo de formação diferenciada dos professores indígenas. Observa-se também que a legislação brasileira sobre os direitos indígenas surgiu tardiamente, ao longo da história, a partir de muita luta e resistência dessas comunidades, que começaram a se organizar através de seu movimento social.

Além do reconhecimento do direito dos índios de manterem a sua identidade cultural, a Constituição de 1988 lhes garante, no artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. (Direitos indígenas na Constituição Federal de ,1988, p,132)

Em vista dos argumentos da Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem indígenas, isto é, de permanecerem nós mesmos com nossas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os indígenas poderiam utilizar as suas línguas maternas e os nossos processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração.

Depois disso, as leis subsequentes à Constituição Federal/1988 que tratam da Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 e o Plano Nacional de Educação/1962, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios indígenas para atuarem como docentes em suas comunidades.

3. PROJETOS EDUCACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA EDUCAÇÃO

Este capítulo, tem por objetivo apresentar relatos e experiências vivenciadas por mim, na condição de aluna com ancestralidade indígena, em processo de estágio. Podemos pontuar que durante o período na escola particular, não vivenciei abordagens interdisciplinares sobre culturas indígenas. O processo educacional centrava-se no currículo eurocêntrico, na visão utilitarista, onde o sistema neoliberal depreda o meio ambiente e transforma o que é de direito em mercadoria, como a educação e saúde por exemplo.

Tendo em vista uma educação indígena, na perspectiva de apresentar a cultura, palestrei para turmas de 4º e 5º anos do ensino fundamental I. Com objetivo de apresentar a educação e cultura indígena, do qual a educação é diferenciada, comunitária e bilíngue. Pude ver o quanto eles estão “presos” na educação eurocêntrica, com o pensamento de que o indígena vive apenas entre as aldeias, não estuda e não trabalha, generalizando seus saberes, que os povos indígenas não tem condições cognitivas de aprendizagem, com isso podemos identificar o quanto é importante trabalhar a educação indígena nas escolas, e fazer com que o conheça, o outro e a si próprio, a verdadeira cultura do nosso país, oferecendo condições para estar em contato com culturas e tradições, buscando sua valorização, promoção e preservação.

Diante dos fatos apresentados, a educação indígena, apresentada através das literaturas, danças e jogos, nos conduzirá à formação de cidadãos que conhecem sua verdadeira história e que valorizam suas ancestralidades.

Em retrospecto, ao iniciar estágio na rede pública de São Paulo, há exatamente 3 meses na escola “*EMEF JOSÉ DE ALCÂNTARA MACHADO FILHO*” localizado no bairro do real parque, onde residem a grande maioria do povo PANKARARU em São Paulo, a escola promove projetos educacionais, roda de conversas e acervos de literaturas indígenas, que contempla a herança cultural do nosso povo, nossas raízes. O livro “Currículo dos povos indígenas orientações pedagógicas 2009”, elaborado por Cristino Wapichana e Daniel Munduruku, traz essa visão de projetos, propondo ao professor conteúdos que favoreçam a aprendizagem, centrado na cultura indígenas, sem estereotípicos

e preconceitos. Ao trabalhar a educação indígena, o professor promove uma educação intercultural, democrática e humanizadora, para os alunos.

Apresento um trabalho interdisciplinar, (residência pedagógica), vivenciado por estudantes de uma escola pública de São Paulo "EMEF JOSÉ MARIA PINTO DUARTE TENENTE" do qual o objetivo, foi apresentar a cultura indígena, em dimensão as brincadeiras e jogos indígenas presente em nosso cotidiano.

Figura 01: Produção da peteca



Fonte: Própria, 2023.

Com o intuito de trazer a cultura indígena para residência pedagógica, fizemos um planejamento para a semana das crianças, para a elaboração da atividade, fizemos um planejamento/atividade em conjunto, onde, ambas trouxeram pontos que achamos relevantes e condizentes para a aula. Foi um momento extremamente enriquecedor e produtivo que pudemos ter com as crianças.

Por fim, já mencionado anteriormente, neste presente trabalho, cabe à escola repensar sua forma de trabalhar os projetos educacionais indígenas, pois somente dessa forma nossa cultura passará a ser enxergada com novos

olhares. A cultura indígena brasileira é rica, e tem muitas influências na educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma perspectiva cronológica, tentei apresentar esse trabalho de conclusão de curso partindo do que se chamou de "descobrimento" do Brasil, passando por alguns momentos históricos como os ataques à existência dos povos indígenas, suas organizações políticas, as lutas e movimentos até os dias atuais. Da mesma forma, procurei apresentar algumas fases das principais festas tradicionais do povo Pankararu, destacando o ritual da corrida do imbu. Assim, nesse momento, como chamamos em nossos rituais, irei arrematar (encerrar) esse trabalho.

Por ser minha primeira pesquisa de caráter etnográfico, reconheço que algumas lacunas foram deixadas ao longo do caminho, contudo, ao mesmo tempo, entendo que o pesquisador se faz na prática, que é no processo da investigação e nossas abordagens metodológicas e nossas percepções sobre o nosso fazer. Nesse sentido, acredito ter contribuído de alguma forma para a discussão sobre as lutas e resistências dos povos indígenas. Como iniciei este trabalho dizendo, esse é um dos primeiros passos, e tive como primeiro desafio configurar, em um formato acadêmico, meus conhecimentos e saberes os quais vivencio desde sempre sob outra perspectiva.

Em um primeiro momento, parece fácil falar do meu lugar, contudo, a inexperiência como pesquisadora surge como o primeiro entrave e, logo, os questionamentos aparecem: quais mecanismos de filtragem diante de tantas informações e dados sobre o tema proposto? Lancei mão, durante todo o trabalho, das memórias e narrativas dos nossos mais velhos detentores desses conhecimentos como base para a estruturação da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem Luciano. **Movimentos e Políticas no Brasil contemporâneo**. Tellus, ano 7, n.12, p.127-146, abr.2007. Campo grande -MS

CANO, Eldo Ramoris e VALASQUE, Úrsula. **A importância da educação indígena na visão dos jovens estudantes**. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/download/610/557/2592>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

CHAGAS, Iara e OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves. **Luta dos povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/povos-indigenas-do-brasil/>. Acesso em 10 de março de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a.ed. Atlas: São Paulo, 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete. **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.72 pp.

LADEIRA, Maria Elisa. **DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**. Revista de estudo e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1 n.2, p.141-155, dez.2004.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. p.58

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes

Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2023.

MELITO, Leandro. **Quase 90% línguas indígenas brasileiras foram extintas e as que restam estão ameaçadas**. Disponível:

<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/04/de-1500-linguas-indigenas-no-descobri-mento-restaram-181-todas-ameacadas-aponta>. Acesso em 19 de abril de 2023.

MUNANGA. **Educação e diversidade cultural**. 2010, p.39). Disponível em: <file:///home/usuário/Downloads/PENESB-10.pdf>. Acesso em: junho 2008/2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

NASCIMENTO. Damião Cavalcante e SILVA. Luandson Luís. **A educação quilombola: uma história de resistência e inclusão**. IV CINTED, edição digital 2021. p.12.

PAZ. Rosângela Pereira Ferraz. **Cultura indígena: racismo, preconceito e suas implicações na educação**. p.15.

PRÉZIA, Benedito e al. **Povos Indígenas: terra, culturas e lutas**. 1 ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2019. p.144

PATTÉ, Ana Roberta Uglô. **Quebrando preconceitos, construindo respeito: luta e resistência dos povos indígenas no Brasil** / (Ana Roberta Uglô Patté... (et al.), organização). Porto Alegre: Conselho de Missão entre Povos Indígenas: Fundação Luterana de Diaconia, 2019. p.40.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: povos indígenas: orientações pedagógicas - São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/53254.pdf>** . Acesso em: 28 de outubro de 2023.

SANTOS, Lucas. **Educação indígena.** Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_ind%C3%ADgena#:~:text=Hi storicamente%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20este ve,eram%20ministrados%20por%20professores%20brancos. Acesso em: 13 de outubro de 2023

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. **Em São Paulo, Agosto Indígena celebra a cultura e a resistência dos povos originários.** Disponível em: [https://www.capital.sp.gov.br/noticia/em-sao-paulo-agosto-indigena-celebra-a-cultura-e-a-resistencia-dos-povos-originarios#:~:text=De%20segunda%20\(7%2F08\),sobre%20a %20realidade%20dos%20povos](https://www.capital.sp.gov.br/noticia/em-sao-paulo-agosto-indigena-celebra-a-cultura-e-a-resistencia-dos-povos-originarios#:~:text=De%20segunda%20(7%2F08),sobre%20a %20realidade%20dos%20povos). Acesso em 28 de outubro de 2023.

SILVA, Jadidias Rodrigues. **A importância da cultura no processo de aprendizagem.** Disponível em: https://meuartigo-brasilecola-uol-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/meuartigo.brasilecola.uol.com.br/amp/educacao/a-importancia-cultura-no-processo-aprendizagem.htm?amp_js_v=a9&_gsa=1&usqp=mq331AQIUAKwASCAAgM=#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16895312844889&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=htps%3A%2F%2Fmeuartigo.brasilecola.uol.com.br%2Feducacao%2Fa-importancia-cultura-no-processo-aprendizagem.htm. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

SOUSA, Maria Veirislene Lavor. **Reflexões sobre direitos indígenas no Brasil: breve histórico e a legislação atual.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 31, n. 67, p. 163-176, jul. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432022000300163&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 outubro de 2023. Epub 13-Jan-2023. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p163-176>.

SOBREIRA, Vinicius. **Resistência indígena é celebrada com resgate da memória e luta dos povos originários.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/20/resistencia-indigena-e-celebrada-com-resgate-da-memoria-e-luta-dos-povos-originarios>. Acesso em 20 de Abril de 2023.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Racismo contra povos indígenas e educação.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 31, n. 67, p. 98-112, jul. 2022. Disponível:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432022000300098&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 outubro de 2023.

RÊ, Eduardo e SIQUEIRA, Isabela Campos Vidigal Takahashi e ROMUALDO omualdo,Julia Reis/ VALENTIN, João Pedro de Faria/ PASSOS,Leonardo Gabriel Reyes Alves da. **direitos indígenas no brasil**. Disponível:

<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em 06 de julho de 2022.

Povos indígenas: história, cultura e lutas. Disponível:

<https://www.fundobrasil.org.br/blog/povos-indigenas-historia-cultura-e-lutas/>. Acesso em 02 de outubro de 2023.